



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638548 - SP (2021/0001131-1)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : FERNANDO ARTACHO CARVALHO MARTINS - SP259990
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : R R DA S (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de R. DA S. em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Revisão Criminal n. 0048465-16.2018.8.26.0000).

O paciente foi condenado à pena de 16 anos e 4 meses de reclusão em regime fechado, como incurso no art. 217-A, c/c o art. 226, II, na forma do art. 71, *caput*, todos do Código Penal.

A impetrante sustenta que a condenação utilizada para fundamentar os maus antecedentes foi extinta há mais de 5 anos, ultrapassando o período depurador, não devendo ser considerada para exasperar a pena-base.

Aduz, outrossim, que deve ser afastada a causa de aumento prevista no art. 226, inciso II, do Código Penal, uma vez que "o paciente possuía apenas vínculo de parentesco por afinidade com a vítima".

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que a pena do paciente seja redimensionada nos termos delineados na impetração.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente